

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 11 a 15 de dezembro, em Brasília.

SABATINA PARA O STF, REFORMA TRIBUTÁRIA & VETOS

Na reta final para o encerramento dos trabalhos, o Congresso se mobiliza para deliberar matérias decisivas. Nesta semana, o Senado disporá de uma agenda apertada para conciliar a sabatina de Flávio Dino e Paulo Gonet ao Supremo Tribunal Federal (STF) e à Procuradoria-Geral da República (PGR), respectivamente. A sabatina de Dino, ao contrário da indicação de Gonet, abriga uma forte disputa político-ideológica. Apesar dos protestos e das campanhas em sentido contrário pelos partidos de oposição, a aprovação de Flávio Dino é dada como certa. O governo espera o voto favorável de mais de 50 senadores, o que ultrapassa com relativa folga a quantidade necessária para a aprovação (41).

Já na Câmara dos Deputados, a principal pauta será a Reforma Tributária. O relator da matéria, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB), ainda negocia com o Senado Federal um texto consensual para que seja possível a promulgação da Emenda Constitucional ainda neste ano. O único ponto antecipado pelo relator até o momento é a prorrogação até 2032 dos incentivos fiscais para o setor automotivo das regiões Nordeste e Centro-Oeste. Segundo ele, o tema deve ser objeto de requerimento para votação em separado no Plenário – *as indústrias do Sul e do Sudeste, bem como os governadores dessas regiões, têm se mobilizado para retirar esse item, que foi incluído pelo Senado.*

No Congresso Nacional, o governo se esforça para aprovar MPV das subvenções e LDO e evitar derrota nos vetos. Na terça-feira (12), está prevista reunião da Comissão Mista da Medida Provisória (MPV) 1.185/2023, que trata do crédito fiscal de subvenções do ICMS. A apreciação da matéria já foi adiada duas vezes, na busca de um acordo com o Ministério da Fazenda. No mesmo dia, a Comissão Mista de Orçamentos (CMO) se reúne para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 – *após a aprovação na CMO, a matéria ainda será apreciada pelo Plenário do Congresso.* Já na quinta-feira (14), os parlamentares podem deliberar, em Sessão Conjunta do Congresso, sobre os vetos do Presidente da República a projetos como prorrogação da desoneração da folha de pagamentos para 17 setores econômicos, itens do arcabouço fiscal, e medidas incluídas no projeto que restabeleceu o voto de qualidade no CARF.

Para fazer frente aos desafios dos próximos dias, o Planalto deve liberar R\$ 11 bilhões em emendas parlamentares. O valor, que equivale a mais de 1/3 do que foi liberado nos 11 meses anteriores, é uma estratégia para garantir o apoio dos congressistas na aprovação das matérias prioritárias para o Executivo. Vale lembrar que, em julho, às vésperas da votação da Reforma Tributária na Câmara e do retorno do voto de qualidade no CARF, o governo liberou mais de R\$ 7 bilhões para emendas parlamentares em apenas dois dias.

Destaque da Semana

Terça

- **210ª Reunião Ordinária do Comitê-Executivo de Gestão (Gecex).**

Quarta

- **Sabatina conjunta** no Senado Federal dos indicados ao Supremo Tribunal Federal (STF): **Flávio Dino e Paulo Gonet.**

Quinta

- Previsão de apreciação, pelo Congresso Nacional, de **vetos presidenciais**, dentre eles, o aposto à **desoneração da folha** de pagamentos e ao **marco temporal.**

Nesta
Semana

- Realização de webinar da **1º Semana Nacional da Regularização Tributária**, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- **Lançamento de 4 leilões de infraestrutura**, nos setores de energia elétrica, portos, petróleo e gás natural.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do presidente – **Luiz Inácio Lula da Silva** encontra, nesta segunda (11), o Ministro da Casa Civil, **Rui Costa**, Ministro da Fazenda, **Fernando Haddad**, Ministro da Secretaria de Relações Institucionais, **Alexandre Padilha**, Líder do Governo no Congresso, **Senador Randolfe Rodrigues**, Líder do Governo no Senado, **Senador Jaques Wagner**, e Líder do Governo na Câmara dos Deputados, **Deputado José Guimarães**, com objetivo de avançar com agenda do Palácio do Planalto no Legislativo. Em seguida, participa do Lançamento do Plano Nacional Ruas Visíveis: pelo direito ao futuro da População em Situação de Rua, que contará também com a presença do vice-presidente e ministro do MDIC, **Geraldo Alckmin**; ministro do MDHC, **Silvio Almeida**; e do MDS, **Wellington Dias**.

Durante a semana, o presidente pode sancionar o [PL 4416/2021](#), que altera a [Medida Provisória nº 2.199-14/2001](#), que estabelece um novo prazo para a aprovação de projetos com benefícios fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a renda nas regiões de atuação da Sudene e Sudam. Além disso, também poderá ser sancionado o [PL 2788/2019](#), que dispõe sobre a Instituição da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), criação do Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB), estabelecendo de normas de responsabilidade social para empreendedores, revogação de dispositivos da CLT e disposições complementares.

Vice-Presidência da República

Agenda do vice-presidente – **Geraldo Alckmin** participou, nesta segunda (11), de reunião com **Mario Pardani**, prefeito de Botucatu-SP e o senador **Rogério Marinho** (PL/RN).

MCTI

Ministério da Ciência,
Tecnologia e Inovações

Agenda do secretário-executivo – **Luis Manuel Fernandes** participou, nesta segunda (11), do evento Finep do Futuro: diversidade e conhecimento no Rio de Janeiro (RJ).

Agenda internacional

- ✓ Madri (Espanha) - “*The 2nd Meeting of the WHO Guidelines Development Group (GDG) for the internal contamination assessment and management (iCAM) Project*”.

MCom

Ministério das Comunicações

Agenda internacional

- ✓ Montevidéu (Uruguai) - “Movendo-se em direção a uma conectividade significativa para o desenvolvimento da economia digital”; e
- ✓ Montevidéu (Uruguai) - “1ª Reunião presencial do Grupo de Trabalho de Conectividade Significativa da eLAC 2024”.

<p>ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações</p>	<p>Está prevista, na terça (12), a 928ª Reunião do Conselho Diretor, cujo início está previsto para 15h, por meio de videoconferência e transmitida no canal da Anatel no YouTube. Dentre os itens da pauta, destacamos: (i) Proposta de revisão de metodologia de cálculo da sanção de multa em relação a <u>descumprimento de obrigações gerais e de determinações da Agência</u>; (ii) Proposta de revisão do <u>Plano Estrutural de Redes de Telecomunicações (PERT 2022)</u>; (iii) Proposta de inclusão de <u>novas infovias no Programa Amazônia Integrada Sustentável (PAIS)</u> a serem executadas após a conclusão das 6 infovias previstas no Edital do 5G; e (iv) Proposta de <u>simplificação da regulamentação dos serviços de telecomunicações</u>, objeto do item nº 2 da Agenda Regulatória para o biênio 2023-2024.</p>
<p>MEMP Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte</p>	<p>Agenda do ministro – Márcio França participou, neste domingo (10), do Encontro Regional do PSB.</p> <p>Agenda internacional</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Medellín (Colômbia) - “VI Fórum Ibero-Americano de MPMES”.
<p>MDIC Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços</p> <p>ABDI Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial</p>	<p>Agenda do ministro – Geraldo Alckmin reuniu-se, nesta segunda (11), com os Fundadores e Acionistas da JBS, Joesley e Wesley Batista. Em seguida encontra-se com Paulo Zottolo da ZM Internacional Consulting.</p> <p>Agenda da presidente interina – Cecília Vergara participa, nesta segunda (11), da 12ª Reunião Ordinária da Direx ABDI 2023. No dia seguinte, participará do Workshop Boas Práticas, Princípios e Fundamentos de Governança Corporativa. Além disso, participará, nesta quarta (13), da Reunião sobre Maturidade Digital da ABDI.</p>
<p>MEC Ministério da Educação</p>	<p>Agenda internacional</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Santiago (Chile) - “Lançamento do Relatório PISA 2022 para a região da América Latina e do Caribe”.
<p>MF Ministério da Fazenda</p>	<p>Agenda do ministro – Fernando Haddad se reuniu, nesta segunda (11), com a presidente do Conselho Telefônica Brasil VIVO, Christian Gebara. Além disso, durante a COP 28, neste domingo (10), o ministro apresentou junto a ministra de meio Ambiente, Marina Silva, o Plano de Transformação Ecológica, para promover desenvolvimento sustentável e repensar a globalização.</p> <p>Agenda internacional</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Punta del Este (Uruguai) - “XLVIII Reunião dos Grupos de Trabalho e do Plenário de representantes do Grupo de Ação Financeira da América Latina (GAFILAT)”; ✓ Medellín (Colômbia) - “VI Fórum Ibero-Americano de MPMES”; ✓ Paris (França) - “8º Encontro da Rede de Repressão aos Crimes Relacionados a Riquezas Minerais”.
<p>BACEN Banco Central do Brasil</p>	<p>Agenda do presidente – Roberto Campos Neto deverá cumprir, nesta terça (12), presença em audiência na Comissão de Fiscalização Financeira e</p>

Controle (CFFC), da Câmara dos Deputados, para tratar das Empresas multinacionais e o mecanismo de juros sobre capital próprio.

Boletim Focus – Para o IPCA, a expectativa do mercado para o ano retraiu de 4,54% para 4,51%, mantendo a tendência de alta nas projeções para a inflação de 2024 (de 3,92% para 3,93%). As projeções para a inflação de 2025 e 2026 permanecem as mesmas (3,5%). Enquanto o PIB 2023 subiu para 2,92%; assim como a projeção do PIB 2024, de 1,5% para 1,51%; em 2025 subiu de 1,9% para 2%; e para 2026 as projeções permanecem em 2%. Ainda, o mercado financeiro manteve a expectativa para a taxa básica de juros da economia, a Selic, em 11,75% para 2023; em 9,25% para 2024; e em 8,5% para 2025 e 2026. Por fim, a projeção para a taxa de câmbio do dólar em 2023 e 2024 recuou de R\$ 4,99 e R\$ 5,03 para R\$ 4,95 e R\$ 5, respectivamente. Já em 2025 a expectativa foi mantida em R\$ 5,1, enquanto que para 2026, as projeções do câmbio diminuíram de R\$ 5,16 para R\$ 5,15.

RFB
Receita Federal do Brasil

Agenda do secretário especial – Robinson Barreirinhas participará, nesta terça (12), de audiência na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), da Câmara dos Deputados, para tratar das empresas multinacionais e o mecanismo de juros sobre capital próprio.

MTE
Ministério do Trabalho e
Emprego

Agenda do ministro – Luiz Marinho participou, nesta segunda (11), da cerimônia de assinatura do Pacto Nacional pela Inclusão Produtiva das Juventudes.

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados

O **Plenário da Câmara dos Deputados** ainda não divulgou a pauta deliberativa da semana.

Senado Federal

O **Plenário do Senado Federal** poderá apreciar, dentre outros, o **PL 3626/2023** (apostas esportivas).

Comissões

TECNOLOGIA

Jogos Eletrônicos

Senado | CE | Segunda (11) | 14h00

Audiência Pública – A Comissão de Educação e Cultura (CE) realizou audiência de instrução do PL 2796/2021 (cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos). Dos convidados, **André Luiz de Souza Marques**, secretário de Regulação da Agência Nacional do Cinema (ANCINE).

Senado | CCT | Terça (12) | 09h00

Eleições

	<p>Audiência Pública – A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT) promove audiência para <u>debater as Implicações da Tecnologia no Processo Eleitoral Brasileiro</u>. Entre outros convidados, representantes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).</p> <p>Câmara CLP Segunda (11) 14h00</p>
Eleições	<p>Audiência Pública – A Comissão de Legislação Participativa (CLP) conduziu audiência pública para tratar da <u>utilização da inteligência artificial nos processos eleitorais</u>. Dentre os convidados, representantes de entidades ligadas ao marketing político, combate à corrupção e direito eleitoral.</p> <p>Câmara CCOM Quarta (13) 15h00</p>
Publicidade Digital	<p>Audiência Pública – A Comissão de Comunicação (CCOM) realiza audiência pública sobre a <u>proteção de dados e publicidade digital para crianças e adolescentes</u>. Dentre os convidados, Estela Aranha, secretária de Direitos Digitais do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); Patricia Peck, coordenadora do Conselho Nacional de Proteção de Dados (CNPd); Waldemar Júnior, presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).</p> <p>Câmara CFFC Quinta (14) 10h00</p>
Eleições	<p>Audiência Pública – A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) conduz audiência sobre <u>impacto da inteligência artificial nas eleições</u>. O evento contará com a presença, dentre outros, de José Eduardo Alckmin, ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); e Rafael Almeida Oliveira Reis, presidente Instituto Nacional de Proteção de Dados (INPD).</p>
ECONOMIA & TRIBUTAÇÃO	<p>Câmara CFFC Terça (12) 10h00</p>
Juros sobre Capital	<p>Audiência Pública – A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) fomenta audiência pública sobre as <u>empresas multinacionais e o mecanismo de juros sobre capital próprio</u>. Dos convidados, Robinson Sakiyama Barreirinhas, secretário especial da Receita Federal do Brasil (RFB); Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central do Brasil (BCB); e representantes de outros órgãos.</p> <p>Câmara CFT Quarta (13) 09h00</p>
Mercado de Ativos	<p>Audiência Pública – A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) promove audiência pública para <u>regulamentação do mercado de ativos virtuais no Brasil</u>. Entre os convidados, representantes de entidades ligadas ao tema.</p>

Política

Por últimos ajustes na reforma tributária, Ribeiro reúne-se com Haddad e Appy na segunda. Relator da reforma tributária, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) se reunirá na segunda-feira (11), às 16h, com o

ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e com o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy. O novo encontro ocorre às vésperas da possível votação da proposta no plenário da Câmara. Fonte: Valor Econômico

MPO debate PAC da Integração com representantes de 10 países da América do Sul. A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, o secretário de Articulação Institucional, João Villaverde, e a secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento, Renata Amaral, apresentaram na sexta-feira (8/12), o “PAC da Integração” para ministros ou representantes de dez países sul-americanos - Peru, Colômbia, Bolívia, Paraguai, Venezuela, Argentina, Uruguai, Chile, Equador e Guiana. Estavam presentes também o diretor do BNDES, Nelson Barbosa, e presidentes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ilan Goldfajn; do CAF-banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe, Sérgio Diaz-Granados; e a presidente do Fonplata, Luciana Botafogo. Tebet afirmou que são 12 países envolvidos no PAC da Integração, o que permite que novamente se possa falar em integração regional, mas sem perder de vista as autoridades brasileiras dos estados e cidades fronteiriças. “Quando falamos em integração regional, estamos falando em diminuir distâncias. Queremos aproximar povos. Temos em conta a integração cultural, econômica, digital. Sua implementação está aberta à construção e à colaboração”, disse ela. Fonte: ASCOM Casa Civil

Sabatinas de Dino e Gonet afetam votações em semana decisiva para governo no Congresso. O Congresso entra em uma semana decisiva para o governo com a pauta apertada pelas sabatinas dos escolhidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a Procuradoria-Geral da República (PGR) e o Supremo Tribunal Federal (STF). As agendas deverão ser acomodadas com as pendências na pauta econômica, por meio das quais o governo pretende aumentar a arrecadação, e a falta sobre acordo para a análise dos vetos presidenciais. O recesso parlamentar começa em 23 de dezembro. Até lá, além de projetos de interesse do governo, o Congresso também precisará se debruçar sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Fonte: G1 Notícias

PT conclui texto com críticas ao ajuste fiscal defendido por Haddad. O PT deve concluir na segunda-feira a votação de uma resolução com críticas à política de ajuste das contas públicas defendida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O documento, cujo texto-base foi apresentado internamente em evento preparatório para as eleições de 2024 no fim de semana, afirma que o Brasil precisa “se libertar” do “austericídio fiscal” e da independência do Banco Central. Haddad rebateu a tese em debate com a presidente do partido, Gleisi Hoffmann. O texto ainda pode ser alterado até o fim do processo de votação. A versão que circulou nos últimos dias foi proposta pela corrente majoritária do PT, Construindo um Novo Brasil. No sábado, Gleisi defendeu que a menção à política fiscal seja mantida. Fonte: Valor Econômico

Economia

Aprovada Reforma Tributária, Governo apresenta alternativa à desoneração da folha. O líder do governo Luiz Inácio Lula da Silva no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede/AP), afirmou na segunda-feira (11) que o governo deve divulgar até o fim da semana a proposta “alternativa” à desoneração da folha de pagamento para estimular os setores da economia que mais geram empregos. “Ideia é até o fim da semana sair uma proposta alternativa”, afirmou Randolfe após reunião com líderes e ministros no Palácio do Planalto. O projeto que prorroga a desoneração até o fim de 2027 foi aprovado com ampla maioria no Congresso, mas Lula vetou o texto na íntegra. No Congresso, parlamentares se movimentam para derrubar o veto e dizem que a medida é importante para proteger empregos e gerar novos postos. A votação é prevista para quinta (14). Fonte: Convergência Digital

Congresso pode votar projetos orçamentários e vetos de Lula na quinta. O Congresso Nacional reúne-se na quinta-feira (14), às 10 horas, para votar 39 vetos, créditos extras e os projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2024 ([PLN 4/23](#)) e do Plano Plurianual (PPA) para 2024-2027 ([PLN 28/23](#)). O PPA foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento na semana passada, e a LDO deve ser votada no colegiado na terça. Vetos. Entre os vetos que aguardam votação estão os: do novo arcabouço fiscal; do voto de qualidade a favor do governo nas decisões no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf); e do marco temporal das terras indígenas. Para derrubar um veto presidencial é preciso pelo menos a maioria absoluta dos votos de deputados (257) e senadores (41), computados separadamente na sessão conjunta. Fonte: Agência Câmara

Relatório da LDO contorna marco fiscal e pode evitar corte de R\$ 30 bilhões em 2024, segundo técnicos. Apesar de negar ter acolhido sugestão do governo para evitar um corte de cerca de R\$ 30 bilhões em despesas em 2024, o deputado Danilo Forte (União-BA), relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), incluiu no parecer um dispositivo que, na prática, tem o mesmo efeito. O dispositivo incluído por Danilo faz uma referência à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que permite exceções para o bloqueio de algumas despesas específicas. Pela regra incluída na LDO, um corte de gastos não poderá ser feito nesta condição: se impedir que a execução de despesas do governo cresça menos que 0,6% ao ano (já descontada a inflação). O patamar de 0,6% é o mínimo previsto no arcabouço fiscal (nova regra de controle das despesas públicas). Só que o arcabouço não fala em mínimo de execução da despesa. Fala em previsão orçamentária. Fonte: G1 Notícias

Cabe ao Executivo decidir limite do contingenciamento no orçamento, diz relator da LDO O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, deputado Danilo Forte (União-CE), afirmou ao Valor que cabe ao Executivo decidir o limite do contingenciamento, não a ele. Em seu parecer, Forte atendeu parcialmente ao governo e deu margem para que o bloqueio de gastos não passe de R\$ 23 bilhões em 2024, como queria o Ministério da Fazenda. “Remeti o problema em cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e do arcabouço fiscal. Se isso contempla o governo, ótimo”, disse o deputado, ao ser indagado sobre o fato de, na prática, ter atendido a demanda do Executivo. Inicialmente, Forte rejeitou uma emenda do líder do governo, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), que buscava assegurar que o contingenciamento de despesas em 2024 vai garantir o crescimento real dos gastos de pelo menos 0,6%, mesmo que isso signifique não atingir a meta de resultado primário zero em 2024. Fonte: Valor Econômico

Judiciário

Confira a pauta da semana do STF. O Supremo Tribunal Federal (STF) julgará na próxima quarta (13) a [Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão \(ADO\) nº 20](#), que analisará a existência de inércia do Congresso Nacional quanto à iniciativa e deliberação legislativa para a regulamentação da licença-paternidade. Fonte: STF

Partido Novo questiona norma que restabeleceu voto de qualidade no Carf. O Partido Novo ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 7548) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra dispositivos legais que restabeleceram o voto de qualidade (voto de desempate) no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e na Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF). Na ação, o Novo afirma que dispositivos da Lei nº 14.689/2023 reinstituem o “voto de qualidade pró Fisco”. A lei prevê que, em caso de empate nos julgamentos de disputas tributárias do Carf, o voto decisivo será da Presidência da sessão, ocupada por representante do Fisco, conferindo-lhe a prerrogativa de proferir dois votos, um ordinário e um voto de qualidade. Segundo a

legenda, a regra tem o propósito de aumentar a arrecadação de tributos federais e viola os princípios constitucionais do devido processo legal, da razoabilidade, legalidade, impessoalidade e moralidade. O Novo resalta que o Carf tem como finalidade promover o controle de legalidade dos atos administrativos tributários federais, e não aumentar a arrecadação da Fazenda. Fonte: ASCOM STF

Cenário Internacional

Adiamento do acordo entre Mercosul e União Europeia deveu-se à questão de compras governamentais, diz Lula O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tentou contornar, na sexta-feira, o fato de o Brasil não ter conseguido concluir o acordo entre Mercosul e União Europeia nesses últimos seis meses, quando o país ocupou a presidência temporária do bloco comercial sul-americano. Em sua justificativa, um dos obstáculos para o adiamento do acordo foi a questão das “compras governamentais”. “É por isso que nós não fizemos acordo com a União Europeia. É porque a gente não quer ceder em compras governamentais. Compras governamentais é uma coisa para a gente atender aos interesses do governo, do fortalecimento da indústria, e fazer com que as nossas micro, pequenas e médias empresas cresçam”, disse em discurso durante conferência do PT realizada no dia 08 em Brasília. A afirmação do presidente faz referência ao fato de que o texto do acordo, negociado até 2019, previa a possibilidade de empresas estrangeiras disputarem licitações em condição de igualdade com as locais. Fonte: Valor Econômico

Formalmente oficializada, Belém (PA) e o Brasil se preparam para a COP 30, em 2025. “Vamos trabalhar de forma construtiva, com todos os países, para pavimentar o caminho entre esta COP 28 e a COP 30, que sediaremos no coração da Amazônia”. Com essas palavras, ditas em 1º de dezembro, durante o discurso na sessão de abertura da Presidência da COP 28, em Dubai, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já antecipava um momento oficializado na segunda-feira (11/12) pelo presidente da COP 28, o Sultão Al Jaber: a confirmação de Belém (PA) como sede da Conferência das Nações Unidas para Mudanças Climáticas em 2025. O Sultão também anunciou Baku, no Azerbaijão, como a cidade que sediará a COP 29, em 2024. Uma coisa é discutir a Amazônia no Egito. Outra é discutir a Amazônia em Berlim. Outra é discutir a Amazônia em Paris. Agora, não. Vamos discutir a importância da Amazônia dentro da Amazônia. A questão indígena vendo os indígenas. A questão dos povos ribeirinhos vendo os povos ribeirinhos e vendo como eles vivem” Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República. Fonte: Governo do Brasil

COP28: Brasil consegue aprovar plano de ação para apoio financeiro e técnico para implementação da agenda de transparência. O Brasil conseguiu avanços na agenda de transparência no âmbito do Acordo de Paris durante a COP28, em Dubai. À frente das negociações no grupo técnico sobre o assunto no G77+China, bloco que reúne países em desenvolvimento, o país propôs texto que define uma sequência de atividades envolvendo suporte técnico e financiamento para os próximos quatro anos para implementar a Estrutura Aprimorada de Transparência (ETF). A proposta foi aprovada pela plenária da Quinta Conferência das Partes para o Acordo de Paris (CMA 5) na tarde de sábado (09). “Acordo sobre o tema de transparência nesta COP28, com base em proposta brasileira, como umas das primeiras decisões acordadas em Dubai é uma excelente notícia. Acordou-se passos importantes para os países cumprirem adequadamente seus compromissos de informação e transparência sob o Acordo de Paris. Parabéns aos negociadores do MCTI que lideraram as conversas pela delegação brasileira”, afirma a ministra Liliam Chagas, do Ministério das Relações Exteriores, e vice-chefe de negociadores brasileiros. Fonte: ASCOM MCTI

Último Foco

Alternativas à desoneração da folha serão apresentadas após votações no Congresso, diz Haddad. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na segunda-feira que apresentará as alternativas ao veto da desoneração da folha de pagamento quando o Congresso Nacional finalizar as votações das medidas que foram enviadas pelo governo e ainda estão pendentes. Os parlamentares entram em recesso parlamentar no dia 22. Em novembro, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vetou a prorrogação, até 2027, da desoneração da folha de pagamentos dos 17 setores que mais empregam no país. Um dia após o veto, Haddad prometeu apresentar alternativas. Fonte: Valor Econômico

Relator da LDO propõe incluir no Orçamento verba do Sistema S A arrecadação bilionária do Sistema S entrou na mira do relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), que propôs incluir os recursos no Orçamento Federal. A divulgação do parecer gerou reação das entidades, que temem ficar sujeitas a bloqueios e contingenciamentos de recursos. Elas argumentam que as verbas não são receitas públicas, e sua inclusão no Orçamento seria inconstitucional. As entidades do Sistema S - entre elas Senai, Sesc, Senac e Sebrae - são financiadas por contribuições compulsórias pagas pelas empresas sobre a folha de pagamento, em percentuais que variam de 0,2% a 2,5%. Fonte: Valor Econômico

Mercosul se compromete a regular radicalização em ambiente digital. Presidentes dos países integrantes do Mercosul assinaram durante a cúpula que aconteceu no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro, uma declaração especial sobre defesa da democracia e da integridade da informação em ambientes digitais. O texto foi fechado na quinta-feira (7) e divulgado na sexta-feira (8) para a imprensa. O destaque é o compromisso de adotar medidas conjuntas para regular plataformas digitais que possam ampliar a radicalização política no continente. O documento foi acordado entre o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva; da Argentina, Alberto Fernández; do Paraguai, Santiago Peña, e do Uruguai, Luis Lacalle Pou, além de autoridades dos Estados Associados ao Mercosul. Fonte: Agência Brasil

Taxa para uso da infraestrutura de operadoras divide teles e big techs. O Brasil testemunhará, nos próximos meses, uma queda de braço entre gigantes que prestam serviços relacionados à internet no país. De um lado, as chamadas big techs, grandes empresas de tecnologia e inovação que desenvolvem bens e oferecem serviços por meio da rede mundial de computadores. Do outro, as empresas de telecomunicações (teles), que fornecem toda a infraestrutura de internet para os lucros das big techs. O centro da disputa tem dois nomes, mas é uma coisa apenas. As empresas provedoras de internet o chamam de fair share (divisão justa, em português). Já as big techs o chamam de network fee (taxa de rede). Ambos termos se referem à proposta apresentada pelas teles, de dividir os custos de manutenção da infraestrutura necessária à prestação do serviço de internet com as big techs, provedoras de boa parte do conteúdo que circula por essa infraestrutura. Representante do setor de telecomunicações e de conectividade, a Conexis Brasil Digital (antiga SindiTelebrasil) defende que os as big techs provedoras de conteúdo digital “também remunerem o uso massivo das redes de telecomunicações, para assegurar o crescimento do ecossistema da conectividade como um todo”. Fonte: Agência Brasil

União Europeia chega a acordo pioneiro sobre regulamentação de inteligência artificial. A União Europeia (UE) chegou, na sexta-feira (9), a um acordo provisório sobre uma legislação inédita no mundo para regular o uso da inteligência artificial (IA). O acordo político entre os países do bloco e do Parlamento Europeu estabelece uma referência para aproveitar os potenciais benefícios da tecnologia, ao mesmo tempo que tentam se proteger contra os seus possíveis riscos. A lei, chamada de Lei da IA, ainda deve ser votada pelo

Parlamento e no Conselho Europeu, que é composto por representantes dos 27 países da união, para ter validade. Fonte: G1 Notícias

Governo lança serviço inédito de telessaúde para expandir assistência no território yanomami. O Ministério da Saúde lançou, na quarta-feira (6), ações de saúde digital que vão levar conectividade e serviços de telessaúde a territórios indígenas de Roraima. Em cerimônia virtual que contou com a presença da ministra Nísia Trindade, também foi anunciada a implementação do Núcleo de Telessaúde da Universidade Federal de Roraima (UFRR), que passará a ser o 14º núcleo no país. No total, já são mais de 1.400 municípios atendidos pelo Brasil. Duas casas de saúde indígena locais serão beneficiadas com as ações: a Casai Yanomami e a Casai Leste. Serão priorizadas na assistência em saúde digital as áreas de Saúde da Criança, da Mulher e Mental - esta última atendendo também aos servidores públicos de saúde. Nísia Trindade destacou que a iniciativa é um marco para o Sistema Único de Saúde (SUS). “Há quase um ano da decretação da emergência sanitária no território Yanomami, ter essa atuação hoje é algo muito significativo. E vamos avançar”, salientou. “Vamos ter, em breve, a reunião dos ministérios da saúde [dos países] que compõem a Amazônia. Lá a gente vai poder incluir não só esse ponto de pauta mas, também, pensar de que maneira podemos estar mais articulados, não só pela solidariedade que deve existir entre nossas ações mas pela sua interdependência e pelo impacto nos sistema de saúde”, pontuou a ministra. Fonte: Governo do Brasil

Ministra destaca a importância da mobilização da sociedade para construção da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, destacou a importância da mobilização da sociedade e entidades na construção da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Uma reunião realizada na sexta-feira (08), em Brasília, debateu o cronograma e os eventos estaduais. Além da ministra, participaram o secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, Guila Calheiros, o secretário-geral da 5ª Conferência, o ex-ministro Sérgio Rezende, representantes do Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência Tecnologia e Inovação (CONSECTI) e Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP) e integrantes do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). “A Conferência Nacional tem um papel estratégico como espaço de participação social, de contribuição para as políticas de ciência e tecnologia e para o exercício e a consolidação da democracia nas organizações do nosso setor”, disse a ministra. “Por isso, nós temos imensa responsabilidade em garantir que ela ganhe força e amplitude, mobilizando os mais diversos atores em toda a sociedade. Precisamos mobilizar a Academia, os institutos e entidades científicas, o Poder Legislativo, mas também a juventude, os trabalhadores, os estudantes e professores não apenas das universidades, mas também no ensino médio e fundamental, que também são – e precisam ser – casas da ciência”, enfatizou. Fonte: ASCOM MCTI

MCTI anuncia revisão da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) deu início, na segunda-feira (11), à revisão da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA), lançada em 2021 para nortear as prioridades do Brasil em torno do tema. Com a iniciativa, o MCTI vai revisar objetivos, eixos, metas e ações para alinhá-la aos interesses e prioridades nacionais. O processo de revisão da EBIA deve ser concluído até maio de 2024. “Precisamos extrair todas as potencialidades da Inteligência Artificial para que ela seja uma ferramenta que impulse o desenvolvimento nacional e contribua para que as bases industriais do nosso país estejam em condições de competir com o que há de mais avançado no mundo”, afirmou a ministra Luciana Santos, na cerimônia, reforçando que o debate sobre Inteligência Artificial é importante para o Brasil conquistar soberania tecnológica. Segundo ela, a revisão da EBIA busca promover o desenvolvimento de uma cadeia produtiva relacionada à IA que dinamize a pesquisa e a inovação no país. “É preciso que a gente compreenda a transversalidade da Inteligência Artificial nos serviços e na indústria e o impacto que terá nas relações de produção”, apontou. Fonte: ASCOM MCTI

Anatel apresenta proposta para dividir 6 GHz em 700 Mhz para 5G e 500 MHz para Wi-Fi. O Brasil apresentou um proposta para incluir como nota de rodapé a divisão da faixa de 6 GHz em dois blocos, sendo 700 MHz para o IMT (5G) e apenas 500 MHz para o uso não-licenciado (WiFi) durante a Conferência Mundial de Radiocomunicação (WRC), que acontece em Dubai. A decisão pode parecer uma reviravolta, uma vez que a agência reguladora destinou a faixa de 6GH - 1200 MHz - exclusivamente para o Wi-Fi há dois anos. Mas a própria Anatel já deixou claro que se for uma decisão global, a agência reveria a sua posição para ficar em conformidade de uso de espectro. Fonte: Abranet

Câmara aprova prisão para falsificação de nudez e sexo com inteligência artificial. Os deputados federais aprovaram na quinta, 7/12, a criminalização pela criação e divulgação de imagens, foto e vídeo, de nudez e conteúdo sexual de uma pessoa utilizando inteligência artificial, em falsificação conhecida como deepfake. Pelo texto, a pena para esse tipo de crime será de 1 a 4 anos de prisão, além de multa. A proposta vai para análise do Senado. “A criação de montagens de conteúdo sexual sem o consentimento das pessoas envolvidas é uma violação séria da privacidade e intimidade que pode causar sérios danos emocionais e psicológicos às vítimas, prejudicando sua dignidade e autoestima”, diz relatório da deputada Luisa Canziani (PSD-PR). A proposta é de autoria da deputada Erika Kokay (PT-DF). Se o crime for cometido em função de atividade profissional, comercial ou funcional, a pena será aumentada pela metade. Fonte: Convergência Digital

MGI abre consulta pública sobre Estratégia Nacional de Governo Digital. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) abriu, na segunda-feira, 11, uma consulta pública para receber sugestões para construir a Estratégia Nacional de Governo Digital. As contribuições podem ser encaminhadas, por meio da ferramenta Brasil Participativo, até o dia 22 de dezembro. Em linhas gerais, a estratégia nacional visa a articular e direcionar as iniciativas de governo digital nas diversas esferas da federação, no sentido de ampliar e simplificar o acesso de todas as pessoas aos serviços públicos. Também deve servir de orientação sobre como o governo federal, os estados e os municípios vão elaborar as suas próprias estratégias de operação no ambiente virtual. Fonte: Telesíntese

Anatel vai rever regulamentação de compromissos em roaming. A Anatel iniciou na sexta-feira, 8, tomada de subsídios sobre reavaliação da regulamentação sobre roaming “especificamente no que tange ao atendimento às rodovias e aos compromissos de investimento estabelecidos em Editais de Licitação para autorização de uso de radiofrequências”. O prazo para contribuições vai até 29 de fevereiro no site de participação social da agência. Ao longo dos últimos anos a Agência vem estabelecendo obrigações de cobertura e atendimento com Serviço Móvel Pessoal – SMP (telefonia e banda larga móvel) em diversos instrumentos regulatórios como Editais de Licitação para autorização de uso de radiofrequências, Termos de Ajustamento de Condutas – TAC, obrigações de fazer em Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Obrigações (ODF), entre outros. Fonte: Telesíntese